



Lei nº. 3.817, de 30 de março de 2015.

Autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio com a Associação dos Municípios de Turismo da Região dos Vales - AMTURVALES, e dá outras providências.

EMANUEL HASSEN DE JESUS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com a **AMTURVALES – Associação dos Municípios de Turismo da Região dos Vales** com o objetivo de desenvolver projetos de integração regional juntamente com os demais municípios associados, visando à promoção do crescimento de atividades, nos termos da minuta de convênio em anexo, que passa a integrar a presente Lei.

Art. 2º O Município repassará a AMTURVALES o valor de R\$ 15.826,20 (quinze mil, oitocentos e vinte e seis reais e vinte centavos), dividido em 06 (seis) parcelas, no valor de R\$ 2.637,70 (Dois mil, seiscentos e trinta e sete reais e setenta centavos) cada uma, com vencimentos em: abril, maio, junho, agosto, outubro e dezembro de 2015.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 3 SEC.MUNIC.DE ADMINIST.E RECURSOS HUMANOS

Unidade: 1 SECRETARIA DA ADMINISTRACAO

Função: 4 ADMINISTRAÇÃO

Sub-Função: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 10 ADMINISTRACAO GOVERNAMENTAL



Proj/Atividade: 2010 MANUT.SERV. EXPED. PESSOAL PROTOC.ASSES.

Elemento: 3.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA

JURIDICA

Recurso: 1 LIVRE

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 30 de março de 2015.

Emanuel Hassen de Jesus

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Cláudio Roberto dos Santos

Secretário Municipal da Administração

e Recursos Humanos



Exp. de Motivos nº 017/2015

Taquari, 25 de fevereiro de 2015.

Senhor Presidente:

Ao saudá-lo cordialmente, servimo-nos do presente para encaminhar Projeto de Lei que visa solicitar autorização legislativa para firmar convênio com a AMTURVALES – Associação dos Municípios de Turismo da Região dos Vales, com repasse financeiro no valor de R\$ 15.826,20 (quinze mil, oitocentos e vinte e seis reais e vinte centavos), dividido em 06 (seis) parcelas, no valor de R\$ 2.637,70 (Dois mil, seiscentos e trinta e sete reais e setenta centavos) cada uma, com vencimentos em: abril, maio, junho, agosto, outubro e dezembro de 2015.

A AMTURVALES desenvolverá projetos de integração regional juntamente com os demais municípios associados, visando à promoção do crescimento de atividades, nos termos da minuta de convênio em anexo, que passa a integrar a presente Lei.

Objetiva promover e coordenar o desenvolvimento do turismo regional, incluindo sempre o Município de Taquari, buscando fomentar a sustentabilidade ambiental, cultural e sócio-econômica, resguardando a observância da livre iniciativa e liberdades fundamentais para todos.

Limitados ao exposto, esperamos contar com a habitual atenção dos nobres Edis, visando à aprovação do projeto de lei em tela.

Atenciosamente.

Emanuel Hassen de Jesus
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor

Vânus Viana Nogueira

DD. Presidente da Câmara de Vereadores

Taquari – RS.



CONVÊNIO N° xxxx.

PRIMEIRO CONVENIADO: MUNICÍPIO DE TAQUARI, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF 88.067.780/0001-38, sediado à Rua Osvaldo Aranha, N° 1790, neste ato representado pelo representado por seu Prefeito Municipal, **Emanuel Hassen de Jesus**, brasileiro, casado, CPF n°. 982.371.870-91, doravante denominado simplesmente de **MUNICÍPIO**.

SEGUNDO CONVENIADO: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE TURISMO DA REGIÃO DOS VALES, AMTURVALES, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 00.848.934/0001-88, sita na Rua Padre Anchieta, n° 1511, sala 205, Bairro Centro, Município de Encantado, RS, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Vanildo Luiz Roman, portador do CPF n° 363.399.460-20, e RG n° 9029460831, residente e domiciliado à Rua Padre Hermínio Catelli, 373, Bairro Centro, na cidade de Anta Gorda/RS, doravante denominada simplesmente de **ENTIDADE**.

Declaram por este instrumento e na melhor forma de direito, terem justos e acertados entre si o presente Convênio que se regerá pelas Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA 1ª - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

01.01 - O presente Convênio tem sua fundamentação legal na **Lei Municipal n° xxxx**, de xxxxxx e se regerá pela Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações posteriores, no que couber.



CLÁUSULA 2ª - DO OBJETO:

02.01 - É objeto do presente instrumento o repasse de recursos no valor de R\$ 15.826,20 (quinze mil, oitocentos e vinte e seis reais e vinte centavos) para a associação, que tem por objetivo desenvolver projetos de integração regional, **incluindo sempre o Município de Taquari**, juntamente com os demais municípios associados, visando à promoção do crescimento de atividades turísticas.

CLÁUSULA 3ª - DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO:

03.01 - O MUNICÍPIO repassará à ENTIDADE, o valor constante na cláusula anterior será dividido em 06 (seis) parcelas, no valor de R\$ 2.637,70 (Dois mil, seiscentos e trinta e sete reais e setenta centavos) cada uma, com vencimentos em abril, maio, junho, agosto, outubro e dezembro de 2015.

03.02 - O pagamento do valor fixado no **item 03.01** desta Cláusula será efetuado sempre **até o 2º dia** do mês subsequente ao do vencimento.

03.03 - A AMTURVALES, fornecerá um boleto bancário com o valor a ser repassado.

CLÁUSULA 4ª - DA RESPONSABILIDADE DA ENTIDADE:

04.01 - Promover e coordenar o desenvolvimento do turismo regional, incluindo sempre o Município de Taquari, buscando fomentar a sustentabilidade ambiental, cultural e sócio-econômica, resguardando a observância da livre iniciativa e liberdades fundamentais para todos.

04.02 - Promover a busca e desenvolvimento do turismo sustentável mediante processo de orientação que levará em conta uma gestão global dos recursos, a fim de assegurar a



durabilidade e permitir a conservação do nosso patrimônio natural e cultural, incluindo uma perspectiva ética e social para as comunidades locais e para as presentes e futuras gerações.

04.03 - Realizar a devida prestação de contas da aplicação dos recursos recebidos do MUNICÍPIO nos prazos fixados neste instrumento, mencionado no item 11.01.

04.04 - A ENTIDADE arcará com todos os ônus decorrentes do pagamento dos salários dos seus funcionários, bem como dos encargos sociais e trabalhistas dos mesmos.

04.05 - Será de responsabilidade da ENTIDADE o pagamento de qualquer indenização por danos causados a terceiros, decorrentes da ação ou omissão por parte de seus funcionários quando do exercício de suas funções.

04.06 - Observar rigorosamente as disposições contidas no Plano de Trabalho apresentado.

CLÁUSULA 5ª - DO REAJUSTE:

05.01 - O valor fixado no **item 03.01** deste instrumento a ser repassado pelo MUNICÍPIO a ENTIDADE, será reajustado após um ano de vigência, conforme acordado em Assembléia Ordinária pelos associados.

CLÁUSULA 6ª - DOS PRAZOS DO CONVÊNIO:

06.01 - O presente Convênio terá vigência a contar da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado por até iguais períodos, mediante Termo Aditivo, até o limite estabelecido no inc. II, do art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA 7ª - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:



07.01 - O presente Convênio poderá ser rescindido, independente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

07.01.1 - De comum acordo entre ambas as partes;

07.01.2 - Quando ocorrerem razões de interesse do serviço público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Prefeito Municipal, exaradas em competente processo administrativo;

07.01.3 - No caso de atraso superior a **60 (sessenta) dias** dos pagamentos devidos pelo MUNICÍPIO, salvo em casos de emergencialidade devidamente comprovado pelo mesmo;

07.01.4 - A qualquer tempo, ocorrendo à inadimplência de qualquer de suas cláusulas ou condições, ou sobrevindo fato ou ato que o torne impraticável, mediante comunicação prévia **de 60 (sessenta) dias** da parte interessada.

07.02 - O descumprimento de qualquer das obrigações poderá ser objeto de comunicação escrita, tendo a parte inadimplente o prazo **de 10 (dez) dias** para alegar o que entender de direito.

CLÁUSULA 08 - DA ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO:

08.01 - O Convênio poderá ter suas Cláusulas alteradas mediante acordo entre ambas as partes, através de Termo Aditivo, observando-se as disposições da **Lei Municipal nº xxxx**.

CLÁUSULA 9ª - DA FISCALIZAÇÃO:

09.01 - O MUNICÍPIO fiscalizará a aplicação dos recursos exigindo indenização em moeda corrente nos seguintes casos:



09.01.1 - Desvirtuamento do Plano de Aplicação;

09.01.2 - Quando não tiver havido comprovação de boa e regular aplicação dos recursos;

09.01.3 - Quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos;

09.01.4 - Quando verificada práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública, nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio;

09.01.5 - Quando ocorrer inadimplemento da ENTIDADE com relação a cláusulas conveniais básicas.

09.01.6 - Quando a ENTIDADE deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA 10 - DAS PENALIDADES:

10.01 - Pela inexecução total ou parcial do convênio, o MUNICÍPIO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a ENTIDADE as seguintes sanções:

10.01.1 - Advertência;

10.01.2 - Rescisão do presente convênio.

10.02 - No caso da aplicação de penalidade, a ENTIDADE será notificada por escrito da referida penalidade, tendo ela o prazo **de 10 (dez) dias**, contados do recebimento da notificação, para alegar o que entender de direito.

CLÁUSULA 11 - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:



11.01 - A ENTIDADE terá o prazo de **03 (três) meses**, para prestação de contas da aplicação do auxílio, inclusive dos rendimentos, se for o caso, nos moldes do **item 06.01** deste instrumento, sob pena de não receber novo auxílio pelo período de **05 (cinco) anos**.

CLÁUSULA 12 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

12.01 - Os recursos necessários para cobertura das despesas decorrentes do presente instrumento serão próprios e correrão as contas da seguinte Dotação Orçamentária, como segue:

Órgão: 3 SEC.MUNIC.DE ADMINIST.E RECURSOS HUMANOS

Unidade: 1 SECRETARIA DA ADMINISTRACAO

Função: 4 ADMINISTRAÇÃO

Sub-Função: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 10 ADMINISTRACAO GOVERNAMENTAL

Proj/Atividade: 2010 MANUT.SERV. EXPED. PESSOAL PROTOC.ASSES.

Elemento: 3.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA
JURIDICA

Recurso: 1 LIVRE

CLÁUSULA 13 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

13.01 - Aplica-se a este Convênio, no que couberem, as prerrogativas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

13.02 - Os casos omissos serão resolvidos conforme a Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA 14 - DO FORO:



14.01 - Para dirimir quaisquer dúvidas emergentes do presente instrumento, elegem as partes de comum acordo, o FORO DA COMARCA DE ENCANTADO, RS, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

E, por estarem assim ajustados, declaram aceitar todas as disposições estabelecidas no presente instrumento, comprometendo-se em bem e fielmente cumpri-las, pelo que assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, a fim de que o mesmo passe a produzir os efeitos de direito.

Taquari, xx de xx de 2015.

Emanuel Hassen de Jesus
Prefeito Municipal
Convenente

Visto Assessoria Jurídica

Vanildo Luiz Roman
AMTURVALES
Conveniada

Testemunhas:

